

LEITURA NO CURRÍCULO ESCOLAR: COMPREENDENDO O LUGAR DO COMPUTADOR NA FORMAÇÃO PARA A CIDADANIA

WILSON CORREIA (UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS).

Resumo

O presente trabalho tem como tema o lugar do computador como espaço de leitura no currículo escolar. Com fundamentação na literatura especializada, objetiva argumentar a importância da interação entre estudantes e telatexto, tendo-a como caminho pedagógico e educativo de relevo para quem se encontra na condição de aluno da educação básica brasileira. O estudo pugna pela tese de que essa relação vai além do simples direito à informação, indo incidir, também, no trato dos direitos de justiça econômica, democracia política e acessibilidade ao mundo da cultura letrada da sociedade de que somos parte. O trabalho é consubstanciado por uma análise que vise a possibilitar conclusões que preconizem a urgência de uma prática inovadora de leitura pelo computador, tendo-a como atividade educativa da identidade e da subjetividade de sujeitos sociais ativos e senhores do próprio processo de aprendizagem e da própria liberdade. Conclui que programas que viabilizem esses procedimentos devem se imbuir de pressupostos políticos, teóricos, metodológicos, éticos e práticos que contemplem a formação para o exercício da cidadania. Reforça a compreensão de que a democratização do acesso ao computador é condição necessária para a justiça social, sem a qual não se pode falar da escola como um legítimo lócus de educação do cidadão.

Palavras-chave:

Leitura, Computador, Cidadania.

LEITURA NO CURRÍCULO ESCOLAR: COMPREENDENDO O LUGAR DO COMPUTADOR NA FORMAÇÃO PARA A CIDADANIA

Eixo: LEITURA NO CURRÍCULO ESCOLAR: PROJETOS E PROGRAMAS

Wilson Correia

Adjunto em Filosofia da Educação na UFT

E-mail: wilfc2002@yahoo.com.br

Resumo

O presente trabalho tem como tema o lugar do computador como espaço de leitura no currículo escolar. Com fundamentação na literatura especializada, objetiva argumentar sobre a importância da interação entre estudantes e telatexto, tendo-a como caminho pedagógico e educativo de relevo para quem se encontra na condição de aluno da educação básica brasileira. O estudo pugna pela tese de que essa relação vai além do simples direito à informação, indo incidir, também, no trato dos direitos de justiça econômica, democracia política e acessibilidade ao mundo da cultura letrada da sociedade de que somos parte. O trabalho é consubstanciado por uma análise que vise a possibilitar conclusões que preconizem

a urgência de uma prática inovadora de leitura pelo computador, tendo-a como atividade educativa da identidade e da subjetividade de sujeitos sociais ativos e senhores do próprio processo de aprendizagem e da própria liberdade. Conclui que programas que viabilizem esses procedimentos devem se imbuir de pressupostos políticos, teóricos, metodológicos, éticos e práticos que contemplem a formação para o exercício da cidadania. Reforça a compreensão de que a democratização do acesso ao computador é condição necessária para a justiça social, sem a qual não se pode falar da escola como um legítimo lócus de educação do cidadão.

Palavras-Chaves: Leitura; Computador; Cidadania

Introdução

O presente artigo está estruturado da seguinte maneira: num primeiro momento, dedica-se a discutir o conceito de cidadania; em seguida, enfoca o computador como um recurso a ser empregado nos processos de ensino e aprendizagem no âmbito da escola; no terceiro momento, refere-se à leitura como um caminho possível à construção do sentimento de pertença humana e cidadã por parte dos estudantes; e, por fim, exemplifica o estudo com a referência ao *Projeto UCA – Um Computador por Aluno*.

Mediante essa abordagem, o presente estudo visa a concretizar o objetivo que é o de participar do debate compreensivo sobre a questão da leitura, para o qual espera contribuir, chamando a atenção para o contexto mais amplo no qual, tanto o computador, quanto a leitura e a cidadania devem ser concebidos e compreendidos.

De que cidadania falamos?

Segundo Canivez, “o problema da cidadania” não se restringe aos aspectos “jurídico e constitucional”, como, de certa forma, apregoa a definição clássica, a qual expressa o entendimento de que ela é o usufruto de direitos e o cumprimento de deveres. Para além disso, cidadania implica o “modo de inserção do indivíduo em sua comunidade” e de sua “relação com o poder político” (CANIVEZ, 1991, p. 15).

Nesse aspecto, o pertencimento ao corpo humano da cidade é pressuposto para outro pertencimento, o político, que não se reduz às relações dos indivíduos com o Estado, mas, sim, com a ampla rede de instituições sociais que os homens criam e legitimam visando à administração da vida coletiva, comunitária.

Por outro lado, sabemos que a cidadania, nas perspectivas anteriormente registradas, requer a compreensão de que ela é exercício instituinte da condição correspondente, a qual não pode ser outorgada, dada como pronta e acabada, muito menos doada ou vendida por alguém e recebida por outrem. Como atitude e estilo existencial, a cidadania só se realiza quando se torna um modo de o humano estar no mundo, junto a si mesmo e ao entorno sócio-econômico-cultural-político de sua cidade.

Segundo Gallo, “a cidadania nada é se não a exercitamos”, razão pela qual ela “depende de nossas ações”, motivo pelo qual ela pode ser associada à música: “todos nós somos capazes de desfrutar da música; mas o prazer musical só

acontece, de fato, se exercitarmos nossas capacidades musicais, seja de fazer música, de tocar ou de, simplesmente, ouvir música" (GALLO, 2004, p. 135-136).

Então, se a cidadania compreende a inserção na comunidade e o pertencimento ao corpo político, econômico, cultural e humano, social, e se ela requer exercício ininterrupto, como fazer para que a condição de não cidadania seja combatida? Para que a condição cidadã seja instituída?

A primeira noção a estabelecer é que a cidadania requer, não apenas o pertencimento social e político, mas, principalmente, o pertencimento econômico e cultural. Parece ser nessa linha que vai a ampliação do conceito apresentado por Severino, para quem a condição cidadã quer a ativa participação na produção e apropriação de bens "materiais", "simbólicos" e "sociais" (SEVERINO, 1994, p. 9-14).

Dessa maneira, a cidadania de que falamos compreende, sim, a idéia de luta e exercício; luta e exercício sob o imperativo do pertencimento humano, social, cultural, econômico e político do indivíduo à comunidade de que é parte. E é sob esse entendimento que o computador e a leitura serão analisados a seguir.

Da necessidade de se usar o computador

O computador é compreendido aqui como um recurso igual a qualquer outro que usualmente é empregado nos processos reais de ensino e aprendizagem. No entanto, trata-se de um recurso que só foi possível graças a um investimento ininterrupto das riquezas socialmente produzidas ao longo da história humana no mundo, sobretudo nos campos da ciência e da tecnologia.

O computador, visto não apenas como uma máquina de escrever, mas como um fantástico potencializador da interação com o mundo, torna-se uma importante via de acesso a canais multimidiáticos, importante ferramenta que pode auxiliar o professor e o estudante em sua prática diária de ensinar e aprender. É assim, pois, que o computador pode ser compreendido: como um recurso auxiliar do professor e do estudante da educação básica, entre outras.

Aliás, é como ferramenta de aprendizagem que ele pode ser focado. Mas qual aprendizagem? Segundo Grégoire, trata-se da "aprendizagem" que se refere "a línguas, matemática ciências humanas e naturais, artes", bem como à "habilidade de construir para si mesmo uma imagem mental da realidade, de raciocinar, de fazer julgamentos, de solucionar vários tipos de problemas, de inventar". Ademais, essa "aprendizagem é também, por exemplo, o desenvolvimento de independência pessoal e responsabilidade, assim como várias habilidades sociais e de conduta" (GRÉGOIRE et al., 1996, p. 1-2). Logo, o computador não é apenas um recurso à tecnificação do ensino, mas um caminho aos princípios e aos valores ético-morais, imprescindíveis à formação da pessoa que se pode nomear de cidadã.

Desse modo, nessa citação aparece o conjunto de aquisições que o estudante pode e deve alcançar mediante o uso do computador, mediante o emprego consciente de suas potencialidades: conhecimento das disciplinas escolares costumeiras, elaboração pessoal de uma visão de mundo consequente, exercício da experiência de pensamento e configuração de uma postura ética perante a vida, a sociedade e o mundo – tudo aquilo de que a condição cidadã pressupõe e implica.

Nessa perspectiva, o não uso do computador na escola pode ser visto como mais um tipo de negação de caminhos à autoeducação, à autoformação e ao imprescindível pertencimento do estudante hodierno ao seu mundo, à sua cultura, à sua história, à sua sociedade e ao sistema econômico e ao regime político que ela legitima. Então, por que não se batalhar para que o computador robusteça o conjunto de recursos aos quais estudantes e professores podem recorrer para levarem adiante os processos de produção de saberes escolares?

Práticas escolares de leitura

Neste tópico, acompanhemos os dois poemas que seguem. Poderão eles contribuir para que pensemos sobre a questão da leitura? Esperamos que sim e que possam ser articulados à leitura de telatexto, essa que a condição cidadã hodierna requer e que o computador possibilita pelo fato de abrir um leque imenso de possibilidades de leitura, não somente aos estudantes, mas ao conjunto dos membros de nossa sociedade.

“Metatividade

Não leio palavras,

Leio esforços por significar

Não leio frases,

Leio idéias e conceitos

Não leio parágrafos,

Leio imagens mentais

Não leio textos,

Leio representações

Ao ler representações,

Leio a história

Na história leio o homem e a mulher”.

(CORREIA, 2007)

“Não gosto de ler

'Tu conheces, leitor, o monstro delicado.

– Hipócrita leitor, meu igual, meu irmão"

(BAUDELAIRE, [1857], 1995, p. 104).

Não gosto de ler palavra
Uma idéia há que existir.
Não gosto de ler oração
Uma crença deve exprimir.
Não gosto de ler frase
E, sim, a colcha conceitual.
Não gosto de ler parágrafo
Mas tear em ato no cipoal.
Não gosto de ler poesia
Prefiro sorver o vidario.
Não gosto de ler romance
Mas seres quais desvario.
Nenhum livro vale algo
Se o existir não o aniquila.
Gosto transgressivo o meu
Transgride qual uma sina."
(CORREIA, 2009).

Esses poemas nos remetem a Paulo Freire (1988), o qual nos advertiu que a leitura primeira e necessária é a leitura do mundo, essa que a criança começa a fazer desde quando cai no âmbito da existência. Aliás, a leitura do mundo vem antes da leitura da palavra. Ler é uma das experiências existenciais que o ser humano pode e deve fazer, inevitavelmente, se se quer humano, cidadão.

É essa prática um dos elementos vitais ao homem e à mulher para que compreendam a si próprios, a sociedade de que são partes e o mundo em que vivem. Como abrir mão dessa atividade, uma prática social, histórica e cultural indispensável à formação humana de sujeitos envolvidos com o seu tempo e com a história de que deve ser autor? Como não se indignar quando condições humanas, sociais, econômicas, políticas, culturais impedem o acesso ao computador e à leitura?

É tendo presente essa indagação que os poemas que abrem esse tópico podem ser lidos como programas de leitura, uma vez que implicam, não apenas os recursos possibilitados pela alfabetização, mas, sobretudo, o uso dos instrumentos que podem ser buscados no processo de letramento dos brasileiros, como Soares (1998) nos faz ver. Se entendida nessa perspectiva, então a prática de leitura pode ser compreendida como ferramenta importante, não apenas implicada na alfabetização e no letramento, mas, primordialmente, como pré-requisito ao alcance da condição cidadã.

UCA para potencializar a leitura

UCA – Um Computador por Aluno – é o nome de um projeto que está sendo realizado experimentalmente em algumas escolas brasileiras, parece-me que são apenas cinco as contempladas pelo recebimento dos computadores, empregados, inicialmente, de maneira experimental, tal como um piloto do projeto.

No Estado do Tocantins, região Norte do Brasil, a experiência está sendo desenvolvida no Colégio Estadual Dom Alano. Esse colégio recebeu 400 *notebooks* em agosto de 2007, e, desde então, os alunos daquela instituição estão sendo colocados em relação direta com os *laptops*, inclusive para acesso à *internet*. Isso é feito segundo o seguinte conjunto de conceitos, a saber:

1. *mobilidade* (que implica a portabilidade individual do computador);
2. *conectividade* (que implica a relação com o universo virtual);
3. *acessibilidade* (relacionada à imersão digital na cultura via computador);
4. *interatividade* (que compreende a interação com outras pessoas usuárias de computador e de seus recursos comunicacionais);
5. *conteúdos* (acesso a uma gama infinda de conteúdos, não somente os escolares, os quais poderão ser lidos, pesquisados, organizados e debatidos pelos estudantes);
6. e *inclusão* digital da família (pela indução que a experiência do filho escolar acaba fazendo a todo o grupo familiar).

Se empregado não apenas como modismo, mas como uma prática de acesso, produção e socialização de informações, conhecimentos e saberes, então esse projeto tem tudo para potencializar a cidadania, por meio do uso racional das tecnologias na educação e, assim, potencializar enormemente a capacidade de leitura de nossos estudantes. O que importa é usar bem, com senso ético e com responsabilidade, o recurso “computador”, bem socialmente produzido e que, como tal, deve ser colocado à disposição não apenas nas escolas, mas ao alcance de toda a sociedade..

Conclusão

A cidadania não é algo que possa se encaixar em definições formais. Ele é prática, exercício, atividade e atitude. Como tal, implica luta, ganho e perda, fracasso e conquista. Sua instituição, por conseguinte, implica constante luta, sem a qual a cidadania pode não ir além de um simples sonho.

Nesse embate, que envolve aspectos econômicos, políticos, culturais, sociais, humanos, dentre outros, se o computador não pode ser visto como a salvação dos males da educação nacional, ele também não precisa ser concebido como uma ameaça ao livro, à leitura, ao trabalho do professor e à socialização dos estudantes.

Ao contrário dessas posições extremas e alarmistas, penso que o computador pode ser compreendido como um recurso a mais, como um instrumento auxiliar rico e de grande valia no processo de produção do saber escolar, algo de uma potencialidade inestimável quando abordado no contexto da educação formal.

Nessa perspectiva, a leitura não pode ser entendida como mera decodificação de letras, palavras, frases e orações. A leitura pode ser entendida como uma ponte para a relação com o mundo, com a sociedade ativa, como instrumento de construção, pelo indivíduo, do senso de pertencimento aos processos humanos de produção e apropriação de bens materiais, sociais, políticos e culturais imprescindíveis à cidadania.

Claro que isso, dito assim, num discurso que trabalha a compreensão conceitual do assunto, parece algo fácil de alcançar. Contudo, trata-se de uma prática que requer dedicação, esforço, disciplina e inventividade na mobilização desse recurso por parte de professores, estudantes e comunidade.

E mobilização que não se faz de qualquer modo, mas compreendendo o computador como local privilegiado de leitura, uma vez que apresenta enormes possibilidades por meio da telatexto, um caminho pedagógico legítimo à educação básica do humano que pode vir a ser um cidadão e um trabalhador.

Nisso, o uso do computador vai além de ser motivado apenas pelo direito à informação, uma vez que ele implica os direitos de justiça econômica, de participação política, de acesso e permanência nos ambientes da educação formal.

Por isso, faz-se necessária e urgente uma prática inovadora de leitura mediante o emprego do computador e dos canais que ele dispõe para essa atividade, e de maneira que não se superestime nem se subestime as potencialidades das novas tecnologias, aqui metaforicamente tratadas pela evocação do recurso "computador", uma vez que o que está relacionado a programas dessa natureza, como é o caso do Projeto Um Computador por Aluno, é a possibilidade de formação de subjetividades e identidades qualificadas pela condição cidadã.

Por essas razões, entre outras que poderiam ser lembradas, programas (semelhantes ao do Projeto UCA) que tentam incluir o uso do computador como caminho ao ensino e à aprendizagem não podem abrir mão de uma postura ética nesse uso, preferentemente qualificada por pressupostos humanos, escolares, epistêmicos, pedagógicos, didáticos, políticos, teóricos, metodológicos e *práticos* que contemplem a dignidade humana que advém da conquista da cidadania.

Aí, então, o valor de se lutar pela justiça social: um desafio, pois, no Brasil, uma elite sempre empregou privilégios em benefício próprio e para negar o respeito aos direitos de cidadania. Mas a justiça social é decisiva: sem ela, como podemos falar da escola como um legítimo *locus* de educação para a cidadania?

Bibliografia

BAUDELAIRE, 1857. *As flores do mal – 'Ao leitor'*. In **Poesia e prosa**. Trad. I. Junqueira & outros. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995.

CANIVEZ, P. **Educar o cidadão?** Trad. E. dos S. Abreu & C. Santoro. Campinas: Papyrus, 1991.

CORREIA, W. **Metatividade**. Disponível em: . Acesso em: 25.05.2009.

CORREIA, W. **Não gosto de ler**. Disponível em: <<http://recantodasletras.uol.com.br/pensamentos/1354035>>. Acesso: 25.05.2009.

FREIRE, P. **A Importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 22. ed. São Paulo: Cortez, 1988.

GALLO, S. *Filosofia, educação e cidadania*. In: PEIXOTO, A. J. (Org.). **Filosofia, educação e cidadania**. 2. ed. Campinas: Alínea, 2004, p. 131-163.

GRÉGOIRE, R., BRACEWELL, R. & LAFERRIÈRE, T. **The contribution of new technologies to learning and teaching in elementary and secondary schools**. Documentary Review. Laval University and McGill University, 1996.

MARINHO, S. P. *Projeto UCA – Um Computador por Aluno*. **Palestra na SMED/PBH**, 21 de dezembro de 2007. Disponível em: . Acesso em: 25.05.2009.

SEVERINO, A. J. **A escola e a construção da cidadania**. Sociedade Civil & Educação. 6. CBE. Campinas: Papyrus/Cedes; São Paulo: Anped, 1992, p. 09-14.

SOARES, M. B. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

LEITURA NO CURRÍCULO ESCOLAR: COMPREENDENDO O LUGAR DO COMPUTADOR NA FORMAÇÃO PARA A CIDADANIA

Eixo: LEITURA NO CURRÍCULO ESCOLAR: PROJETOS E PROGRAMAS

Wilson Correia
Adjunto em Filosofia da Educação na UFT
E-mail: wilfc2002@yahoo.com.br

Resumo

O presente trabalho tem como tema lugar do computador como espaço de leitura no currículo escolar. Com fundamentação na literatura especializada, objetiva argumentar sobre a importância da interação entre estudantes e telatexto, tendo-a como caminho pedagógico e educativo de relevo para quem se encontra na condição de aluno da educação básica brasileira. O estudo pugna pela tese de que essa relação vai além do simples direito à informação, indo incidir, também, no trato dos direitos de justiça econômica, democracia política e acessibilidade ao mundo da cultura letrada da sociedade de que somos parte. O trabalho é consubstanciado por uma análise que vise a possibilitar conclusões que preconizem a urgência de uma prática inovadora de leitura pelo computador, tendo-a como atividade educativa da identidade e da subjetividade de sujeitos sociais ativos e senhores do próprio processo de aprendizagem e da própria liberdade. Conclui que programas que viabilizem esses procedimentos devem se imbuir de pressupostos políticos, teóricos, metodológicos, éticos e práticos que contemplem a formação para o exercício da cidadania. Reforça compreensão de que a democratização do acesso ao computador é condição necessária para a justiça social, sem a qual não se pode falar da escola como um legítimo locus de educação do cidadão.

Palavras-Chaves: Leitura; Computador; Cidadania

Introdução

O presente artigo está estruturado da seguinte maneira: num primeiro momento, dedica-se a discutir o conceito de cidadania; em seguida, enfoca o computador como um recurso a ser empregado nos processos de ensino e aprendizagem no âmbito da escola; no terceiro momento, refere-se à leitura como um caminho possível à construção do sentimento de pertença humana e cidadã por parte dos estudantes; e, por fim, exemplifica o estudo com a referência ao *Projeto UCA – Um Computador por Aluno*. Mediante essa abordagem, o presente estudo visa a concretizar o objetivo que é o de participar do debate compreensivo sobre a questão da leitura, para o qual espera contribuir, chamando a atenção para o contexto mais amplo no qual, tanto o computador, quanto a leitura e a cidadania devem ser concebidos e compreendidos.

De que cidadania falamos?

Segundo Canivez, “o problema da cidadania” não se restringe aos aspectos “jurídico e constitucional”, como, de certa forma, apregoa a definição clássica, a qual expressa o entendimento de que ela é o usufruto de direitos e o cumprimento de deveres. Para além disso, cidadania implica o “modo de inserção do indivíduo em sua comunidade” e de sua “relação com o poder político” (CANIVEZ, 1991, p. 15).

Nesse aspecto, o pertencimento ao corpo humano da cidade é pressuposto para outro pertencimento, o político, que não se reduz às relações dos indivíduos com o Estado, mas, sim, com a ampla rede de instituições sociais que os homens criam e legitimam visando à administração da vida coletiva, comunitária.

Por outro lado, sabemos que a cidadania, nas perspectivas anteriormente registradas, requer a compreensão de que ela é exercício instituinte da condição correspondente, a qual não pode ser outorgada, dada como pronta e acabada, muito menos doada ou vendida por alguém e recebida por outrem. Como atitude e estilo existencial, a cidadania só se realiza quando se torna um modo de o humano estar no mundo, junto a si mesmo e ao entorno sócio-econômico-cultural-político de sua cidade.

Segundo Gallo, “a cidadania nada é se não a exercitamos”, razão pela qual ela “depende de nossas ações”, motivo pelo qual ela pode ser associada à música: “todos nós somos capazes de desfrutar da música; mas o prazer musical só acontece, de fato, se exercitarmos nossas capacidades musicais, seja de fazer música, de tocar ou de, simplesmente, ouvir música” (GALLO, 2004, p. 135-136).

Então, se a cidadania compreende a inserção na comunidade e o pertencimento ao corpo político, econômico, cultural e humano, social, e se ela requer exercício ininterrupto, como fazer para que a condição de não cidadania seja combatida? Para que a condição cidadã seja instituída?

A primeira noção a estabelecer é que a cidadania requer, não apenas o pertencimento social e político, mas, principalmente, o pertencimento econômico e cultural. Parece ser nessa linha que vai a ampliação do conceito apresentado por Severino, para quem a condição cidadã quer a ativa participação na produção e apropriação de bens “materiais”, “simbólicos” e “sociais” (SEVERINO, 1994, p. 9-14).

Dessa maneira, a cidadania de que falamos compreende, sim, a idéia de luta e exercício; luta e exercício sob o imperativo do pertencimento humano, social, cultural, econômico e político do indivíduo à comunidade de que é parte. E é sob esse entendimento que o computador e a leitura serão analisados a seguir.

Da necessidade de se usar o computador

O computador é compreendido aqui como um recurso igual a qualquer outro que usualmente é empregado nos processos reais de ensino e aprendizagem. No entanto, trata-se de um recurso que só foi possível graças a um investimento ininterrupto das riquezas socialmente produzidas ao longo da história humana no mundo, sobretudo nos campos da ciência e da tecnologia.

O computador, visto não apenas como uma máquina de escrever, mas como um fantástico potencializado da interação com o mundo, torna-se uma importante via de acesso a canais multimidiáticos, importante ferramenta que pode auxiliar o professor e o estudante em sua prática diária de ensinar e aprender. É assim, pois, que o computador pode ser compreendido: como um recurso auxiliar do professor e do estudante da educação básica, entre outras.

Aliás, é como ferramenta de aprendizagem que ele pode ser focado. Mas qual aprendizagem? Segundo Grégoire, trata-se da “aprendizagem” que se refere “a línguas, matemática ciências humanas e naturais, artes”, bem como à “habilidade de construir para si mesmo uma imagem mental da realidade, de raciocinar, de fazer julgamentos, de solucionar vários tipos de problemas, de inventar”. Ademais, essa “aprendizagem é também, por exemplo, o desenvolvimento de independência pessoal e responsabilidade, assim como várias habilidades sociais e de conduta” (GRÉGOIRE et al., 1996, p. 1-2). Logo, o computador não é apenas um recurso á tecnificação do ensino, mas um caminho aos princípios e aos valores ético-morais, imprescindíveis á formação da pessoa que se pode nomear de cidadã.

Desse modo, nessa citação aparece o conjunto de aquisições que o estudante pode e deve alcançar mediante o uso do computador, mediante o emprego consciente de suas potencialidades: conhecimento das disciplinas escolares costumeiras, elaboração pessoal

de uma visão de mundo conseqüente, exercício da experiência de pensamento e configuração de uma postura ética perante a vida, a sociedade e o mundo – tudo aquilo de que a condição cidadã pressupõe e implica.

Nessa perspectiva, o não uso do computador na escola pode ser visto como mais um tipo de negação de caminhos à autoeducação, à autoformação e ao imprescindível pertencimento do estudante hodierno ao seu mundo, à sua cultura, à sua história, à sua sociedade e ao sistema econômico e ao regime político que ela legitima. Então, porque não se batalhar para que o computador robusteça o conjunto de recursos aos quais estudantes e professores podem recorrer para levarem adiante os processos de produção de saberes escolares?

Práticas escolares de leitura

Neste tópico, acompanhem os dois poemas que seguem. Poderão eles contribuir para que pensamos sobre a questão da leitura? Esperamos que sim e que possam ser articulados à leitura de telatexto, essa que a condição cidadã hodierna requer e que o computador possibilita pelo fato de abrir um leque imenso de possibilidades de leitura, não somente aos estudantes, mas ao conjunto dos membros de nossa sociedade.

“Metatividade

Não leio palavras,
Leio esforços por significar
Não leio frases,
Leio idéias e conceitos
Não leio parágrafos,
Leio imagens mentais
Não leio textos,
Leio representações
Ao ler representações,
Leio a história
Na história leio o homem e a mulher”.
(CORREIA, 2007)

“Não gosto de ler

*“Tu conheces, leitor, o monstro delicado.
– Hipócrita leitor, meu igual, meu irmão”*
(BAUDELAIRE, [1857], 1995, p. 104).

Não gosto de ler palavra
Uma idéia há que existir.
Não gosto de ler oração
Uma crença deve exprimir.
Não gosto de ler frase
E, sim, a colcha conceitual.
Não gosto de ler parágrafo
Mas tear em ato no cipoal.
Não gosto de ler poesia
Prefiro sorver o vidario.
Não gosto de ler romance
Mas seres quais desvario.

Nenhum livro vale algo
Se o existir não o aniquila.
Gosto transgressivo o meu
Transgride qual uma sina.”
(CORREIA, 2009).

Esses poemas nos remetem a Paulo Freire (1988), o qual nos advertiu que a leitura primeira e necessária é a leitura do mundo, essa que a criança começa a fazer desde quando cai no âmbito da existência. Aliás, a leitura do mundo vem antes da leitura da palavra. Ler é uma das experiências existenciais que o ser humano pode e deve fazer, inevitavelmente, se se quer humano, cidadão.

É essa prática um dos elementos vitais ao homem e à mulher para que compreendam a si próprios, a sociedade de que são partes e o mundo em que vivem. Como abrir mão dessa atividade, uma prática social, histórica e cultural indispensável à formação humana de sujeitos envolvidos com o seu tempo e com a história de que deve ser autor? Como não se indignar quando condições humanas, sociais, econômicas, políticas, culturais impedem o acesso ao computador e à leitura?

É tendo presente essa indagação que os poemas que abrem esse tópico podem ser lidos como programas de leitura, uma vez que implicam, não apenas os recursos possibilitados pela alfabetização, mas, sobretudo, o uso dos instrumentos que podem ser buscados no processo de letramento dos brasileiros, como Soares (1998) nos faz ver. Se entendida nessa perspectiva, então a prática de leitura pode ser compreendida como ferramenta importante, não apenas implicada na alfabetização e no letramento, mas, primordialmente, como pré-requisito ao alcance da condição cidadã.

UCA para potencializar a leitura

UCA – Um Computador por Aluno – é o nome de um projeto que está sendo realizado experimentalmente em algumas escolas brasileiras, parece-me que são apenas cinco as contempladas pelo recebimento dos computadores, empregados, inicialmente, de maneira experimental, tal como um piloto do projeto.

No Estado do Tocantins, região Norte do Brasil, a experiência está sendo desenvolvida no Colégio Estadual Dom Alano. Esse colégio recebeu 400 *notebooks* em agosto de 2007, e, desde então, os alunos daquela instituição estão sendo colocados em relação direta com os *laptops*, inclusive para acesso à *internet*. Isso é feito segundo o seguinte conjunto de conceitos, a saber:

1. *mobilidade* (que implica a portabilidade individual do computador);
2. *conectividade* (que implica a relação com o universo virtual);
3. *acessibilidade* (relacionada à imersão digital na cultura via computador);
4. *interatividade* (que compreende a interação com outras pessoas usuárias de computador e de seus recursos comunicacionais);
5. *conteúdos* (acesso a uma gama infinda de conteúdos, não somente os escolares, os quais poderão ser lidos, pesquisados, organizados e debatidos pelos estudantes);
6. e *inclusão* digital da família (pela indução que a experiência do filho escolar acaba fazendo a todo o grupo familiar).

Se empregado não apenas como modismo, mas como uma prática de acesso, produção e socialização de informações, conhecimentos e saberes, então esse projeto tem tudo para potencializar a cidadania, por meio do uso racional das tecnologias na educação e, assim, potencializar enormemente a capacidade de leitura de nossos estudantes. O que importa é usar bem, com senso ético e com responsabilidade o recurso “computador”,

bem socialmente produzido e que, como tal, deve ser colocado à disposição não apenas nas escolas, mas ao alcance de toda a sociedade..

Conclusão

A cidadania não é algo que possa se encaixar em definições formais. Ele é prática, exercício, atividade e atitude. Como tal, implica luta, ganho e perda, fracasso e conquista. Sua instituição, por conseguinte, implica constante luta, sem a qual a cidadania pode não ir além de um simples sonho.

Nesse embate, que envolve aspectos econômicos, políticos, culturais, sociais, humanos, dentre outros, se o computador não pode ser visto como a salvação dos males da educação nacional, ele também não precisa ser concebido como uma ameaça ao livro, à leitura, ao trabalho do professor e à socialização dos estudantes.

Ao contrário dessas posições extremas e alarmistas, penso que o computador pode ser compreendido como um recurso a mais, como um instrumento auxiliar rico e de grande valia no processo de produção do saber escolar, algo de uma potencialidade inestimável quando abordado no contexto da educação formal.

Nessa perspectiva, a leitura não pode ser entendida como mera decodificação de letras, palavras, frases e orações. A leitura pode ser entendida como uma ponte para a relação com o mundo, com a sociedade ativa, como instrumento de construção, pelo indivíduo, do senso de pertencimento aos processos humanos de produção e apropriação de bens materiais, sociais, políticos e culturais imprescindíveis à cidadania.

Claro que isso, dito assim, num discurso que trabalha a compreensão conceitual do assunto, parece algo fácil de alcançar. Contudo, trata-se de uma prática que requer dedicação, esforço, disciplina e inventividade na mobilização desse recurso por parte de professores, estudantes e comunidade.

E mobilização que não se faz de qualquer modo, mas compreendendo o computador como local privilegiado de leitura, uma vez que apresenta enormes possibilidades por meio da telatexto, um caminho pedagógico legítimo à educação básica do humano que pode vir a ser um cidadão e um trabalhador.

Nisso, o uso do computador vai além de ser motivado apenas pelo direito à informação, uma vez que ele implica os direitos de justiça econômica, de participação política, de acesso e permanência nos ambientes da educação formal.

Por isso, faz-se necessária e urgente uma prática inovadora de leitura mediante o emprego do computador e dos canais que ele dispõe para essa atividade, e de maneira que não se superestime, nem se subestime as potencialidades das novas tecnologias, aqui metaforicamente tratadas pela evocação do recurso “computador”, uma vez que o que está relacionado a programas dessa natureza, como é o caso do Projeto Um Computador por Aluno, é a possibilidade de formação de subjetividades e identidades qualificadas pela condição cidadã.

Por essas razões, entre outras que poderiam ser lembradas, programas (semelhantes ao do Projeto UCA) que tentam incluir o uso do computador como caminho ao ensino e à aprendizagem não podem abrir mão de uma postura ética nesse uso, preferentemente qualificada por pressupostos humanos, escolares, epistêmicos, pedagógicos, didáticos, políticos, teóricos, metodológicos e *práticos* que contemplem a dignidade humana que advém da conquista da cidadania.

Aí, então, o valor de se lutar pela justiça social: um desafio, pois, no Brasil, uma elite sempre empregou privilégios em benefício próprio e para negar o respeito aos direitos de cidadania. Mas a justiça social é decisiva: sem ela, como podemos falar da escola como um legítimo *locus* de educação para a cidadania?

Bibliografia

- BAUDELAIRE, 1857. *As flores do mal – ‘Ao leitor’*. In **Poesia e prosa**. Trad. I. Junqueira & outros. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995.
- CANIVEZ, P. **Educar o cidadão?** Trad. E. dos S. Abreu & C. Santoro. Campinas: Papyrus, 1991.
- CORREIA, W. **Metatividade**. Disponível em: <<http://recantodasletras.uol.com.br/poesias/708772>>. Acesso em: 25.05.2009.
- CORREIA, W. **Não gosto de ler**. Disponível em: <<http://recantodasletras.uol.com.br/pensamentos/1354035>>. Acesso: 25.05.2009.
- FREIRE, P. **A Importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 22. ed. São Paulo: Cortez, 1988.
- GALLO, S. *Filosofia, educação e cidadania*. In: PEIXOTO, A. J. (Org.). **Filosofia, educação e cidadania**. 2. ed. Campinas: Alínea, 2004, p. 131-163.
- GRÉGOIRE, R., BRACEWELL, R. & LAFERRIÈRE, T. **The contribution of new technologies to learning and teaching in elementary and secondary schools**. Documentary Review. Laval University and McGill University, 1996.
- MARINHO, S. P. *Projeto UCA – Um Computador por Aluno*. **Palestra na SMED/PBH**, 21 de dezembro de 2007. Disponível em: <<http://www.myplick.com/view/dqxdYyjL-2J/Projeto-UCA>>. Acesso em: 25.05.2009.
- SEVERINO, A. J. **A escola e a construção da cidadania**. Sociedade Civil & Educação. 6. CBE. Campinas: Papyrus/Cedes; São Paulo: Anped, 1992, p. 09-14.
- SOARES, M. B. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.